



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.228 /2024

Vereador Autor: Luiz Matos.

Dispõe sobre a instituição do Programa Moeda Verde que visa promover a sustentabilidade ambiental mediante a troca de resíduos recicláveis por alimentos e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ, Estado do Rio de Janeiro, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído o Programa Moeda Verde, com caráter permanente, para promover a sustentabilidade ambiental mediante a troca de resíduos recicláveis por alimentos.

Parágrafo único. O Programa referido no caput deste artigo tem por princípio a ação conjunta entre o Poder Público e a população.

Art. 2º O Programa Moeda Verde tem como objetivos:

- I** – estimular a população em situação de vulnerabilidade social a participar da coleta seletiva de resíduos;
- II** – melhorar a coleta seletiva de resíduos, em especial em áreas de difícil acesso;
- III** – contribuir para a segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade social;
- IV** – incentivar a geração de trabalho e renda nas cooperativas de catadores; e
- V** – aumentar a vida útil dos aterros sanitários.

Art. 3º O Poder Público, por meio de seus órgãos competentes, pode estabelecer parcerias com as cooperativas de catadores, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil para a execução do Programa Moeda Verde.

Parágrafo único. As parcerias de que trata o caput deste artigo deverão dar prioridade aos produtores de frutas, legumes e hortaliças situados em áreas urbanas e periurbanas.

Art. 4º Para os fins desta Lei, entende-se por:

- I** – alimento: toda substância que se ingere no estado natural, semielaborado ou elaborado, destinada ao consumo humano, incluídas as bebidas e quaisquer outras substâncias utilizadas em sua elaboração, preparo ou tratamento, excluídos os cosméticos, o tabaco e as substâncias usadas unicamente como medicamentos;
- II** – beneficiário: pessoa física atendida pelo Programa Moeda Verde;
- III** – doador: pessoa física ou jurídica ou órgão público que transfira, de modo legal e gratuito, bens ou vantagens;
- IV** – reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vista à sua transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

V – resíduos recicláveis: resíduos sólidos com predominância de plástico, papel, papelão, metal ou vidro, entre outros.

Art. 5º Os órgãos responsáveis pelo Programa Moeda Verde deverão manter cadastro dos beneficiários para fins de controle e monitoramento.

Parágrafo único. O órgão competente poderá disponibilizar na internet, mensalmente, o balanço do volume de resíduos recicláveis coletados e dos alimentos doados por meio do Programa Moeda Verde.

Art. 6º As doações recebidas pelo Programa Moeda Verde poderão ser formalizadas mediante Termo de Recebimento de Doação, nos termos do regulamento ou por outro meio idôneo.

Art. 7º Os resíduos recicláveis recolhidos pelo Programa Moeda Verde devem ser encaminhados pelo órgão responsável às cooperativas de catadores ou a outras entidades cadastradas, nos termos do regulamento.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de agosto de 2024.

WELBERTH PORTO DE REZENDE
PREFEITO

Publicação	DOM
Edição N.º	1030 - ANO V
Data	20 / 08 / 2024 pag 01
Júlio Faria - 27.405	
SEF. IIOR	